

Latinidade: *performance* lexical e semântica de um conceito político

VIRGINIA CELIA CAMILOTTI*

Romanidade, ideia latina, latinidade – dois significantes e um sintagma que destaco de imediato, para, em seqüência, indagar até que ponto imagens acústicas distintas enviam ao mesmo significado. Neste exercício prepondera a onomasiologia¹, expediente metodológico fértil a uma história dos conceitos políticos, como o entende Koselleck, e no qual predomina a observação das diferentes formas linguísticas correspondentes a uma mesma noção dentro de uma língua, na sincronia e na diacronia.

Uma história, portanto, que se quer aqui, de uma **significação**, enquanto um condensado conceitual, que se pode dizer “engajado”, que teve lugar em passados múltiplos, mas, também, encontra morada no presente. Ligado, nestes diferentes momentos, no próprio ato de sua enunciação, a uma ação ou vontade política: a de fomentar uma associação entre povos, nações, países de tradição latina, do ponto de vista moral e cultural, e, por vezes, político em sentido estrito, na condição de uma federação ou confederação. Assumindo, ainda, o lugar de vértice de uma linguagem política particular.

Romanidade é enunciado na contemporaneidade, numa ocasião particular – ao compasso da formação da União Européia -, a partir de um exercício de natureza arqueológica sobre a própria noção de Europa. Efetuado por Rémi Brague, na obra *Europe, la voie romaine*, traduzida no decurso de três anos após sua publicação na França em 1992, em vários idiomas - catalão, alemão, italiano, holandês, russo, turco, dinamarquês, espanhol e, em 2001, para o inglês, como *Eccentric Culture: a theory of Western Civilization*.

Ideia Latina ganhou conteúdo programático e campanha sistemática em 1950 na pena de Roger Barthe, em especial na obra *L'idée latine*², com a perspectiva de

* UNIMEP/Pós-doutoranda UNICAMP/FAPESP.

¹ A onomasiologia enquanto metodologia de análise, diversamente da semasiologia, parte das noções ou dos conceitos para determinar as formas linguísticas a eles correspondentes.

² A obra foi publicada pelo Institut d'Études Occitanes de Toulouse.

fomentar a instauração de um “organismo internacional”³ – a União Latina –, da qual ainda se pode encontrar a sede em Paris, na Rua Bac, número 131.

O cenário do vocábulo **latinidade** não é outro senão o final do século XIX na França, expandindo-se para Portugal, Brasil e Itália nas primeiras décadas do século XX, em especial no decurso da Grande Guerra. Como veículos particulares à sua expressão várias revistas, dentre as quais a *Revue du Monde Latin*, *Atlantida* e *Revue des Nations Latines*. Ainda que, por vezes, a referência à **significação** nestes periódicos ganhe sintagmas diversos e associados - “ideal latino” (MANSO, 1917, p.172); “ideia latina”, “vontade latina”, “causa latina” (RAMOS, 1919, p. 905) -, pode-se encontrar a predominância de **latinidade**, em torno da qual a ação política de que falamos anteriormente se instrumentaliza.

Vale precisar, no que concerne aqui a uma história de um conceito, que o predominante é um olhar sobre vocábulos que não permaneceram os mesmos na diacronia, mas parecem enviar a um patamar comum de significações. Cabe, nesta perspectiva, tentar compreender o que esteve no comando desta variação, para o atendimento, inclusive, de um propósito secundário: compreender a atualização da noção na contemporaneidade e os usos aos quais ela se presta.

Latinidade x Germanismo

Muitos estudiosos consideram a noção de **latinidade** já em operação por volta da segunda metade do século XIX, sobretudo entre representantes do governo francês devotados a cimentar a idéia de América Latina, “como uma estratégia para melhorar a posição da França entre os impérios europeus” (SORIA, 2004, p.72). No entanto, o vocábulo **latinidade**, se adotado naquele momento, não se conformou a um conceito “engajado”, vetor de uma ação política que visasse à união dos povos de origem latina, ou à constituição de uma fronteira identitária precisa a justificar ações solidárias em proveito de sua preservação no Ocidente. Pierre Rivas é enfático neste ponto: é somente após 1870 que “latino” adquire conotação civilizacional e passa a integrar a “língua

³ Intelectuais envolvidos com a proposta e que subscreveram artigos em prol da campanha pela idéia latina nos *Annales de l'idée latine* (periódico criado em favor do movimento): Marcel Decremps, Rodolfo Follari, Berthe Gavalda; Alberto Marinelli; Raymond Golleye; Maurice Chauvet; Marcel Lessoult; Paul Gauche.

política da Europa”; donde, **latinidade**, por sua vez, assume conotação geopolítica (RIVAS, 2005, p.10-11)

A data em destaque – 1870 – alude à emergência da **significação** ao trauma da humilhação da derrota francesa pelos alemães. Neste ponto, cabe salientar que a **latinidade** foi ativada como **conceito de reação**, que, além de ganhar sua razão de ser como contraponto ao pangermanismo e pan-eslavismo, alimentou-se, por inversão, do tema da decadência dos povos latinos. É neste duplo aspecto que se pode entender aquilo que o Conde de Barral afirmou, na *Revue du Monde Latin*, sobre a **latinidade** enquanto conceito político -“não é obra de um partido, nem de um governo, mas obra da Alemanha” (*Apud* RIVAS, 2005, p. 10). Duplamente: pela lembrança do cerco de Paris pelos exércitos de Bismarck e pela constante associação nos círculos de Bayreuth, e pelos neogobinianos a eles ligados, da tese de que a decadência européia era devida aos povos latinos, e que a Alemanha sozinha impediria sua desintegração cultural, social e racial.

Portanto, como **conceito de reação** e de **inversão** de uma tese pessimista, a **latinidade** ganha espaço, como já dito, em vários periódicos no decurso de aproximadamente 30 anos.

Destes periódicos, um tem origem francesa - a *Revue du Monde Latin* – fundada em 1883. Embora tivesse o francês como língua predominante, publicou artigos e poemas em espanhol, português, italiano, grego, catalão e provençal. Contou, ainda, com a participação de brasileiros na condição de editores e colaboradores.

Não há que se estranhar a presença do catalão e do provençal, uma vez que a *Revue du Monde Latin* reconhece-se um órgão desdobrado do *felibrisme*⁴, e, a partir disso, justifica a **latinidade** que aí se ensaia sob dois aspectos – geográfico (povos do *midi*) e lingüístico (povos que falam idiomas derivados do latim). O editor da revista, ao recuperar as ações do movimento em favor da idéia que deu luz à revista – as festas catalã-provençais, em 1868; a criação de uma Sociedade para o estudo de todos os idiomas provenientes do latim; a organização, em 1875, de um concurso filológico e literário em que foram admitidos todos os dialetos filhos da língua de Roma -, expôs os contornos da **latinidade** apregoada, acrescentando que, a partir de tais eventos, “a

⁴ Movimento literário iniciado na Provença em meados do século XIX para a depuração e conservação da literatura, língua e das tradições da Provença.

reconciliação dos idiomas fez pensar, [...] a reconciliação dos povos” (La ideia Latina en el meiodia de Francia, 1883, p. 131)

Com este sentido marcado de **reconciliação de idiomas e povos latinos**, a *Revue du Monde Latin* se faz empreitada de reação, ela própria, à acusação de decadência dos mesmos. Projetando-se como barreira à expansão germânica em direção ao “*mare nostrum*”, define o tom de uma política latina: “a conservação a todo preço do Mediterrâneo e de suas margens. É a dominação deste litoral [...]; de nosso lago, que nos fez latinos e gregos, a razão de ser de nossa solidariedade.” (Un italian, 1883, p. 294)

Barreira que se quis projetar também mais a leste, ao conclamar a Grécia para uma aproximação (Política e Diplomacia, 1883, p. 127), e sobre a península oriental do Mediterrâneo, o solo da antiga Dácia, morada dos romenos (Política e Diplomacia, 1883, p.128). Barreira a se erguer, ainda, sobre o Atlântico, ao visar a América, referida desde o primeiro número da revista “América Latina”, tendo no horizonte especialmente a Argentina e o Brasil.

É possível notar, até aqui, uma cartografia estável da **latinidade**. Porém, ao compasso dos anos de existência da revista, verifica-se certa flexibilidade. Flexibilidade relacionada à identificação da ameaça que pesava sobre os latinos. Sob a direção de Tourtolon, de 1883 a 1885, a revista não foi hostil à Inglaterra, país dos direitos humanos (RIVAS, 2005, p. 13). Sob a direção do Conde de Barral, a partir de 1885, delimita-se a ameaça nas figuras do duplo elemento – o germânico, o “ogro esfomeado” e o anglo-saxão “o ogro saciado” (RIVAS, 2005, p. 17-18). Barral tratou, inclusive, de converter a revista em *Revue du Monde Latin e du Monde Slave*, “pois a Santa Rússia é cristã e o antieslavismo é de origem germânica” (RIVAS, 2005, p.11).

Não se pode negar que a **latinidade** propalada na revista, sob a direção de Barral, compõe-se de substrato católico. Porém, cabe destacar que as formas políticas diversas – república ou monarquia –, assumidas pelos diferentes países latinos, não constarão como impeditivos para a solidariedade prevista para estes povos.

Traço bastante distinto deste assume a *latinidade* que migra para Portugal e ganha voz na revista *Atlantida*. Fundada em 1915, ao mesmo tempo brasileira e portuguesa, a *Atlantida* afastou a noção de qualquer associação com o catolicismo e a monarquia, inscrevendo-a em linguagem republicana. Tratou de enfatizar duas ordens

de associação entre os povos latinos. Num primeiro momento, numa cartografia inicial da **latinidade**, a articulação entre Brasil e Portugal teve primazia, cabendo ao português, filho dileto da língua do Lácio, ser o protagonista. Num segundo momento, quando tornada “órgão do pensamento latino”, incluiu o francês ou a França, sem esquecer o galego e o italiano.

No desenho de um **nós** latino, Joaquim Manso, colaborador assíduo, teceu a diferença entre as duas forças consideradas em disputa naquele momento. E reclamou à **latinidade** ou aos latinos os traços de uma “cultura [...] favorável aos gostos superiores do espírito” e “fermento [...] da ordem jurídica” (MANSO, 1917, p. 169), que, a partir desses aspectos, seria capaz de submeter “os homens à disciplina consciente da lei e os corações à mesma ânsia de perfeição” (MANSO, 1917, p.169):

Faz-se notar que os argumentos de Manso advêm das teses defendidas pelo historiador Guglielmo Ferrero, que junto com Julien Luchaire, em 1916, fundou a *Revue des Nations Latines*. Em destaque neste periódico o empenho de fomentar uma cartografia da **latinidade**, que, como primeiro passo, previa a articulação entre França e Itália; numa estratégia, vale dizer, similar, pelo menos no formato, à da *Atlantida* com relação a Brasil e Portugal. Seu objetivo era fornecer as armas à vontade de resistência manifestada entre os latinos à penetração do elemento germânico, especialmente no seu pensamento. Germanismo que provocara a sua perda de “clareza, precisão, senso de medida e, principalmente, aquela consciência dos meios e dos fins, aquela ‘*humanité*’” (FERRERO; LUCHAIRE, 1916, p. 1).

Ainda como parte de seu programa, a revista procuraria definir “em que consiste o germanismo; [...] e como ele se opõe a [...] tradição [...] latina” (FERRERO; LUCHAIRE, 1916, p.2). Em atendimento a este ponto, Ferrero postulava haver no seu tempo dois ideais em disputa:

O ideal de perfeição é um legado do passado e se compõe [da] [...]tradição intelectual, [...] jurídica e política greco-latina; [...] as aspirações maiores das novas políticas nascidas durante o século XVIII e XIX. É o ideal que nos impõe a beleza, a verdade, a justiça, a perfeição moral dos indivíduos e das instituições como objetivos da vida [...]. O outro ideal é mais recente: [...] nasceu [...] à medida que os homens se aperceberam que podiam dominar [...] as forças da natureza em proporções anteriormente insuspeitadas. Bêbados por seu sucesso, pelas riquezas produzidas [...] rapidamente e numa

quantidade enorme, [...] os homens modernos consideraram como ideal de vida e beleza [...] o aumento [...] ilimitado do poder humano. [...] o ideal de perfeição pode ser considerado [...] o ideal latino. [...]. O ideal de poder pode, ao contrário, ser considerado, neste momento, como um ideal germânico. O imenso desenvolvimento da Alemanha [...] não é outra coisa que este novo ideal de poder transformado [...] em [...] religião nacional, [...] espécie de messianismo, aplicada com uma lógica implacável [...] até às conseqüências extremas, em todos os campos: não unicamente na indústria e nos negócios, como fizeram os americanos, mas no mundo das idéias e [...] na guerra e no exército. (FERRERO, 1917, p.12-15)

Idéia latina X Imperialismos Rivais

“A idéia latina é uma idéia occitana”, declara Roger Barthe⁵ na nota ao leitor à segunda edição de sua obra *L'idée latine* de 1951. Declaração que incitou vários estudiosos da noção de **latinidade**, como Pierre Rivas, por exemplo, a considerá-la exclusivamente do ponto de vista de um estudo erudito sobre a emergência da **idéia latina** na França; uma vez que nela se desenvolveu uma exploração sistemática das contribuições à noção efetuadas por Charles de Tourtoulon, Frederic Mistral, Louis-Xavier de Ricard, Alfonse Roque-Ferrier, no interior do *felibrisme*. Não se notou, entretanto, o quanto a própria declaração, além de atribuir um berço à **ideia**, e, exatamente por isto, guardou um traço político decisivo, circunscrevendo a obra, nas palavras de seu próprio autor, em “prefácio a uma ação”.

Por que a declaração guarda na sua própria enunciação um traço político? Primeiro, porque ao referir a origem e desenvolvimento da **idéia latina** ao *felibrisme* excluía dela própria e da obra outros ensaios efetuados com a **idéia** em momentos, movimentos e veículos diferentes. Ensaio em que foram adotados outros vocábulos, como aquele da *Atlantida* e da *Revue des Nations Latines*, cuja ação política em favor da associação de povos latinos ancorava-se em línguas neolatinas consagradas, elevadas à condição de línguas literárias, e correspondentes a Estados Nacionais delimitados; o português, na cartografia da **latinidade** projetada pela *Atlantida*, na articulação entre Brasil e Portugal; o francês e o italiano, na cartografia da **latinidade** projetada pela

⁵ Roger Barthe é filho de Emile Barthe a quem o poeta Frederica Mistral, líder do movimento felibrisme, considerava um dos seus maiores discípulos.

Revue des Nations Latines, entre a França e Itália. Nesse sentido, remeter a origem da **idéia** aos *félibres*, e excluir outros ensaios, é inscrevê-la no interior de uma ação que visava salvaguardar o direito, em uma união dos povos latinos, à existência de inúmeras outras variantes do antigo latim, como o catalão e o provençal, por exemplo. E, conseqüentemente, salvaguardar o direito de expressão lingüística a povos que integravam fronteiras nacionais delimitadas, mas que anteviam seu pertencimento a territórios que as ultrapassavam, ou aos quais se sentiam subjugados. Remeter a origem da **idéia** aos *félibres* é, desta forma, garantir o direito a inúmeras outras variações lingüísticas à condição de língua literária, indicando qualquer articulação política que daí derivasse à noção de um federalismo no interior de Estados, bem como entre os mesmos. Eis o esforço presente nas ações dos *félibres* e que Barthe busca recuperar.

A enunciação - “a idéia latina é uma idéia occitana” -, guarda ainda outro traço político, vertido, neste caso, para o interior do movimento sob o comando de Mistral: a refutação da interpretação predominante de que o *félibrisme* procuraria exclusivamente fazer reconhecer ou recobrar a condição de língua literária ao provençal. As investigações de Barthe sobre as formulações dos integrantes do movimento destacam que a **idéia latina**, como ação que visava à união dos povos latinos enquanto uma federação era central ao movimento. Quanto a Mistral, sobre quem tal tese recaía em maior monta, e com o qual o movimento se confundia, Barthe atestou:

Minha convicção [...] é que o Felibrige porta a solução às grandes questões políticas e sociais que agitam a humanidade. Como política geral, nós devemos [...] desejar o sistema federal: federação dos povos, confederação latina, renascimento das províncias numa livre e natural fraternidade
(MISTRAL, *Apud* Barthe, 1962, p. 125)

Declarar, portanto, que a “idéia latina é uma idéia occitana” é predicar esta última como idéia política, que comporta em si a prescrição de um federalismo entre os povos latinos, definidos não pela raça, mas na razão em que eram possuídos pelos idiomas/linguagens, referidos a um tronco lingüístico comum. Nesse sentido, Barthe não economiza palavras para explicitar o que entende por linguagem, destacando que sendo ela o instrumento do pensamento, age, por sua vez, sobre ele, impondo assim à cultura um sentido e uma cor (BARTHE, 1962, p.21).

Se a obra *L'idée latine* era um “prefácio à ação”, o curso da mesma incluiu, por um lado, a tentativa de quebrar o processo de desoccitanização empreendido pelo “planejamento tecnocrático do território francês” e pela “uniformização do mercado comum europeu na direção germano-yankee” (BARTHE, 1962, p. 9). E, por outro, mas confluindo-se no mesmo, preservar a promessa que sobrevivia na **idéia latina** – a de “uma nova latinidade”, um imenso bloco latino capaz [...] [de] estabelecer [...] a primazia espiritual e material” na “era atômica” (BARTHE, 1962, p. 9).

Ainda que, na ocasião, a “idéia europeia” constituísse uma alternativa à mesma recusa presente na **idéia latina** - a partilha do mundo entre os Estados Unidos e a URSS, “um e outro materialista”, que feriam a liberdade e a justiça social (BARTHE, 1962, p. 203) -, a **idéia latina** prescrevia a articulação de povos num federalismo, que, pela sua condição de família lingüística, partilhava um humanismo capaz de fazer frente à “tecnocracia universal e à frieza das construções políticas modernas” (DESCREMPS, *Apud* BARTHE, 1962, p. 181).

Do conjunto de ações em favor da **idéia** - a criação de boletins e anais, a instalação de congressos com representação diplomática dos vários países latinos e debates na imprensa -, não se descurou jamais em afirmar que o bloco latino a se constituir teria natureza política e econômica, além de intelectual. Daí a importância ímpar que os países da América Latina, com suas imensas riquezas naturais, nele assumiriam – em especial o Brasil. Tanto assim que o Congresso em que teve lugar a aprovação dos princípios que norteariam o organismo intergovernamental a ser criado – a União Latina em 1954 –, estabeleceu-se no Rio de Janeiro em 1951.

Romanidade X globalização ”

É notório que as ações voltadas a uma associação dos povos latinos, nos dois momentos analisados, efetuaram-se a partir de um horizonte de expectativa ou um diagnóstico de presente implicados com sentimentos de perda, sensações de finitude, e, sobretudo, de ameaça. A contrariar, frontalmente, a tese de M. Thérive de que “a comunidade latina apenas brilha nos períodos de prazer e paz” (*Apud* Barthes, 1962, p. 185). De qualquer modo, ambos os vocábulos - **latinidade** e **ideia latina** - mantiveram o traço de conceito de reação e inversão de uma negatividade projetada sobre os povos

que lhes correspondiam, como esforço de preservar referências morais, culturais e políticas supostas na própria flexão dos idiomas referidos a um tronco lingüístico comum. Idiomas menos possuídos por tais povos e mais deles possuidores.

Não é sob outra chave - a da existência de um diagnóstico do presente sob o signo da ameaça e da perda - que observamos a atualização da noção de **romanidade** por Rémi Brague, em 1992. Quanto à associação de tal vocábulo à **significação** em foco, Brague não permite dúvida: “[...] há unicamente um elemento que somente ela [a Europa] possui e reivindica, o qual, em todo caso, jamais alguém discute. É a **romanidade**. Ou, mais precisamente, a **latinidade**.”(BRAGUE, 1995, p.18)

À primeira vista, entretanto, **romanidade** não parece adotada sob os signos anteriormente elencados, uma vez que o vocábulo sobressai de um exercício cujo objetivo é dar visibilidade àquilo que é “próprio” à Europa, supondo ser este “próprio” e sua decorrente aceitação pelos europeus, o traço capaz de garantir a sua efetiva unidade (BRAGUE, 1995, p. 21). Se para Brague o “próprio” de uma cultura é precisamente a sua relação com o que ela considera como seus “outros”, o melhor paradigma para estabelecer a relação da Europa com o que lhe é “próprio”, não é nem o grego nem o hebraico, mas o latim (BRAGUE, 1995, p. 23). No entanto, segundo o autor, o único atributo que comumente se concede à experiência romana é o de ter difundido as riquezas do helenismo e tê-las feito chegar até nós; os romanos teriam apenas transmitido, sem acrescentar nada de novo em relação aos povos criadores - o grego e o hebreu. Porém, para Brague, o decisivo do conteúdo romano é justamente essa transmissão, ou melhor, o fornecimento da “novidade” mesma - apresentar como novo o que para eles era velho (BRAGUE, 1995, p. 27). Nesse sentido, ser romano é ter a experiência do velho como novo e como aquilo que se renova por sua transplantação; “transplantação que faz do que era velho o princípio de novos desenvolvimentos. É romana, portanto, a experiência do começo como um recomeço” (BRAGUE, 1995, p. 29).

Este empréstimo cultural dos romanos, acrescenta Brague, teve como causa e conseqüência certo sentimento de inferioridade frente aos gregos; um desnível sentido e expressado (BRAGUE, 1995, p. 30), a definir o romano como:

aquele que sabe e se sente coagido entre algo semelhante a um ‘helenismo’ e algo parecido a uma ‘barbárie’: Ser ‘romano’ é ter, [...] um classicismo que

imitar e, [...] uma barbárie que submeter. Não como se fosse um intermediário neutro, [...] em si mesmo alheio ao que comunica. Mas sabendo-se ser ele mesmo o cenário em que tudo acontece. (BRAGUE, 1995, p. 30)

Segundo, Brague, os gregos, por sua vez, se distinguem dos romanos num ponto capital: a ausência de um sentimento de inferioridade em relação às fontes (BRAGUE, 1995, p. 32). Sendo, então, justamente a situação secundária em relação a uma cultura anterior o que o autor nomeia de **romanidade** (BRAGUE, 1995, p. 35). Neste sentido, o vocábulo com o qual Brague designa aquilo que é “próprio” à Europa, capaz de garantir a sua efetiva unidade, ou permitir a superação de suas várias divisões, conota um modelo de prática cultural. Em outras palavras: um modo particular de lidar com o que lhe seja “próprio”, o qual se particulariza pela forma mesma como se relaciona com o que lhe é estranho ou exterior.

Todavia, aos olhos do autor de *La voie latine*, este “próprio” encontra-se ameaçado: “se a **romanidade** da Europa depende de sua relação com o helenismo, parece que tal relação está a ponto de perder-se”(BRAGUE, 1995, p. 127). Hoje, diz ele, imagina-se que não se tem nada a aprender com uma fonte clássica e, como consequência, que não se tem nada a ensinar a barbárie alguma (BRAGUE, 1995, p.128). Aquele equilíbrio entre o sentimento de superioridade e o de inferioridade parece se recobrar em outro nível, mas sem constituir aquela tensão capaz de engendrar um dinamismo (BRAGUE, 1995, p.128). Se o sonho da filologia era o de voltarmos a ser gregos, este sonho se realizou. Mas de forma irônica. A Europa tem procurado saltar por cima dos romanos para chegar a ser ela própria o modelo da cultura: “ao suprimir a distancia entre o grego e o bárbaro que constituía a própria **romanidade**, distância que permitia a aculturação, a Europa voltou assim a ser bárbara, e não bárbara helenizada, mas grega barbarizada” (BRAGUE, 1995, p. 128).

Para Brague, se a perda de um contato explicitamente buscado com as fontes antigas é grave, mais grave é a perda desta relação de secundariedade cultural, a atitude romana, do qual a relação com as fontes antigas é apenas o paradigma. O perigo para a Europa não pode vir de fora; se ela assim o identifica é porque já passou a se conceber como um “dentro”. O perigo reside justamente nesta maneira de se pensar como um espaço fechado, separado dos demais, promovendo o que está no exterior a uma

ameaça. No que concerne à questão da imigração, por exemplo, é exatamente o que se passa: “a importação de mão de obra dá lugar a um fantasma de invasão de um ‘interior’ por um ‘exterior’ que se supõe turva a sua pureza” (BRAGUE, 1995, p. 130). Concebendo-se assim, a Europa demonstra não acreditar que aquilo que tem a propor seja capaz de interessar àqueles nascidos fora de suas fronteiras:

o perigo para a Europa estaria em deixar de referir aquilo com o qual se sabe estranha e inferior, para predicar a si mesma, para projetar-se [...] em sua particularidade como exemplo. [...] considerar o universal de que [...] é portadora [...] como uma particularidade local válida somente para ela [...].
(BRAGUE, 1995, p. 130)

Mas a atualização da noção na contemporaneidade não se restringe a esta obra e a este momento. Decorridos oito anos após a adoção do vocábulo **romanidade** pelo autor de *La voie latine*, funda-se, no Rio de Janeiro, em 2000, uma academia de intelectuais que, guardando no seu próprio nome o vocábulo **latinidade**, também enunciou, como parte de seus objetivos, a **globalatinização**. Ainda que a Academia da Latinidade se defina como um organismo identificado à esfera intelectual, pretende constituir uma “autoridade moral independente, fortalecendo a solidariedade entre países e povos de cultura latina”, para a promoção da “justa presença” das suas contribuições em todos os domínios da civilização. A partir de seminários, publicações e exposições visa fazer uma oposição aos “danos que possam ser causados pelo desequilíbrio introduzido pela globalização dos meios de comunicação e de intercâmbio, em detrimento das línguas, culturas e valores”⁶ desses povos. Enquanto organismo supranacional agregou em torno dos seus princípios, intelectuais de significativa expressão nos países de línguas neolatinas, dentre os quais José Saramago, Eduardo Lourenço, Beatriz Sarlo, Giani Vattimo, Alain Touraine, Sergio Paulo Rouanet, Eduard Glissant, Carlos Fuentes.

É curioso observar que tanto quanto à definição de **latinidade** como nas ações que a Academia põe em curso exista uma aproximação ao que Brague nomeou como **romanidade** - um modo particular de relação com o alheio. François l’Yonnet, secretário executivo da Academia, num ensaio intitulado “La latinité contre le ‘Chaos-

⁶ http://www.alati.com.br/quem_somos.html. Acessado em 14 de outubro de 2010.

Monde”, em meio a uma relação de vocábulos que lhe permite indicar o que não é a **latinidade** – “europeidade”, “mediterraneidade”, “catolicidade” – admite que, após Rémi Brague e sua noção de **romanidade**, pode-se medir como o universo latino porta a marca forte e original de uma experiência romana de transmissão do que “não pertence a ninguém em particular e pode pertencer a todos”. Neste sentido, a **latinidade**, tal como entendida pela Academia, e em nome da qual age, deve à **romanidade** a idéia de que “todo começo é um recomeço” (Yvonnet, 2007, p. 144). E, dessa forma, admite a **latinidade**, então, como um “desvio”, a ocasião para desfazer os pontos de vista unilaterais e uma “dissidência”, à medida que enseja “uma recusa à submissão a uma ordem mundial de natureza hegemônica, essencialmente anglo-saxã, [...] a seguir o passo de um pensamento único [...]” (Yvonnet, 2007, p. 144). Na mesma direção define-a ainda como “um espaço e um tempo de comunicação, de circulação e de passagem” (Yvonnet, 2007, p. 143)

Desta forma, é possível entender porque, em 2002, a Academia tratou não só de incluir como temática prioritária nos dois congressos que promove anualmente “o diálogo entre a latinidade e o mundo islâmico”⁷, com os quais, inclusive, colaborou o próprio Brague. Uma tentativa, segundo registro de seus documentos oficiais, de “incentivar os aportes da cultura latina e islâmica, na busca de [...] abordagens às [...] questões do nosso tempo que faça frente à visão hegemônica disseminada pelos mecanismos estandarizantes da globalização”; convocando para tanto suas reuniões alternadamente nas Américas e nos países de cultura islâmica. E não fazendo por menos ao declarar expressamente a identidade dos intelectuais latinos que a integram: “Somos os atores de uma forma de diplomacia do pensamento”⁸.

Bibliografia:

BARTHE, Roger. *L'idée latine*. Toulouse: Institut d'études occitanes, 2^a.ed.,1962.

BRAGUE, Rémi. *Europa, la via romana*. Madrid: Editorial Gredos, 1995.

FERRERO, Guglielmo. *Le génie latin et le monde moderne*. Paris Bernard Grasset, 1917.

⁷ http://www.alati.com.br/quem_somos.html. Acessado em 14 de out. de 2010.

⁸ http://www.alati.com.br/quem_somos.html. Acessado em 14 de out. de 2010.

FERRERO, Guglielmo; LUCHAIRE, Julien. Avis au Lecteur. In *Revue des Nations Latines*. Paris, tomo 1, n.1, ano I, maio de 1916, p. 1-4.

La ideia Latina en el meiodia de Francia. In *Revue du Monde Latin*. Paris, tomo 1, ano 1, Setembro-dezembro 1883, p. 131-132.

MANSO, Joaquim. A Missão latina de Portugal. In *Atlantida*. Lisboa, v. VII, n.25, ano III, 1917, p.167-175.

Política e Diplomacia. In *Revue du monde latin*. Paris, tomo 1, ano 1, Setembro-dezembro 1883, p.117-130.

RAMOS, João de Deus. A Iniciação auditiva – indispensável para a criação da música portuguesa. In *Atlantida*. Lisboa, v. IX, n. 33-34, ano III, 1919, p. 905-908.

RIVAS, Pierre. Gênese da idéia geopolítica moderna de latinidade e função no campo das relações intelectuais entre a França e o mundo luso-brasileiro. In *Diálogos Interculturais*. São Paulo: Editora Hucitec, 2005, p. 10-24.

SORIA, Esther Aillón. La política cultural de Francia en la géneses y difusion del concepto L’Amerique latine, 1860-1930. In GRANADOS, Aimer; MARICHAL, Carlos (orgs.). *Construcción de las identidades latinoamericanas – Ensayos de história intelectual – siglos XIX y XX*. México: El Colegio de México: Centro de Estudios Históricos, 2004, p.71-105.

Un italian. La politique latine en Europe. In *Revue du Monde Latin*. Paris, tomo 1, ano 1, Setembro-dezembro 1883, p.292-301.

Yvonnet, François. La latinité contre le “Chaos-monde”. In *Aliança das Civilizações, Interculturalismo e Direitos Humanos – 8 -10 de dezembro de 2007*. Rio de Janeiro: EDUCAM, 2008, p. 137-151.

http://www.alati.com.br/quem_somos.html. Acessado em 14 de out. de 2010.